



Cimavel – Administradora de Consórcios Ltda.
CNPJ: 13.170.428/0001-24
Av. João Ribeiro, 652 Santo Antonio – Aracaju-SE – CEP 49065-000
Telefone: (79) 3216-3434 / 3216-3491
e-mail: consorcio@cimavel.com.br

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Cimavel Administradora de Consórcios Ltda., correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre findo nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atualmente possui 7 grupos em andamento, com 2.171 cotas ativas. No período a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 781 mil. O patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2025 representa R\$ 6.873 mil.

No período a sociedade remunerou os sócios com juros sobre capital próprio no montante de R\$ 259 mil.

Nos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01 de janeiro de 2022, as administradoras de consórcios passam a observar novos CPC's para fins de apuração e apresentação de suas demonstrações financeiras, dentre as quais o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

A adoção do referido CPC terá impacto na apuração das receitas, mas por consequência também nos custos/despesas vinculadas a estas, cujo resultado final não foi possível de apuração pela administração da sociedade, e também não é possível afirmar quanto sua relevância ou não no resultado e patrimônio líquido.

A Resolução BCB nº 352/2023 estabeleceu a partir de 01 de janeiro de 2025, procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações e classificação sobre instrumentos financeiros. Para implementação desta resolução a administradora já está buscando implementação técnica do sistema de gestão em módulo específico. Em 30 de junho de 2025 a administração avaliou os impactos e não identificou efeitos significativos em relação a esta resolução para as demonstrações financeiras.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.



Cimavel – Administradora de Consórcios Ltda.
CNPJ: 13.170.428/0001-24
Av. João Ribeiro, 652 Santo Antonio – Aracaju-SE – CEP 49065-000
Telefone: (79) 3216-3434 / 3216-3491
e-mail: consorcio@cimavel.com.br

Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aracaju, 28 de agosto de 2025.
Os Administradores



Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

Balanço Patrimonial em

Ativo

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
	Nota	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		6.281	5.793
Caixa e Equivalentes a Caixa	4-I-b	21	9
Instrumentos Financeiros		5.876	5.306
Carteira Própria	5	5.876	5.306
Outros Créditos		384	478
Rendas a Receber	4-I-c	40	8
Diversos	4-I-c / 6-a	344	470
Não Circulante		1.261	1.286
Outros Investimentos		3	3
Outros Investimentos	4-I-d-f	3	3
Imobilizado de Uso		1.258	1.283
Outras Imobilizações de Uso	4-I-e-f	1.405	1.398
(-) Depreciações Acumuladas	4-I-e-f	-147	(115)
Total do Ativo		7.542	7.079

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

Balanco Patrimonial em

Passivo e Patrimônio Líquido

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
	Nota	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		669	728
Outras Obrigações		669	728
Fiscais e Previdenciárias	4-I-g-h	389	484
Diversas	4-I-g / 6-b	280	244
Patrimônio Líquido		6.873	6.351
Capital:			
De Domiciliados no País	9	1.000	1.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	9	1	1
Reservas de Lucros a Realizar	9	5.872	5.350
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		7.542	7.079

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

Demonstração do Resultado dos Semestres

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./25	01/jan./24
	a	a
	30/jun./25	30/jun./24
Receitas da Intermediação Financeira	305	193
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	305	193
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	305	193
Outras Receitas/Despesas Operacionais	736	539
Receitas de Prestação de Serviços	2.365	1.985
Despesas de Pessoal	-873	(842)
Outras Despesas Administrativas	-535	(446)
Despesas Tributárias	-365	(337)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	144	179
Resultado Operacional	1.041	732
Resultado Não Operacional	-9	(35)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	1.032	697
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	-251	(168)
Lucro Líquido do Período	781	529
Lucro por Quota	0,78	0,53

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./25	01/jan./24
	a	a
	30/jun./25	30/jun./24
Lucro Líquido do Período	781	529
Movimentação do Período	0	0
Resultado Abrangente do Período	781	529

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros a Realizar	Total
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2024	1.000	1	0	4.650	5.651
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	529	0	529
2 - Juros sobre Capital Próprio			(177)		(177)
3 - Destinações Propostas:					
- Reservas de Lucros a Realizar	0	0	(352)	352	0
Saldos Finais em 30 de Junho de 2024	1.000	1	0	5.002	6.003
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2025	1.000	1	0	5.350	6.351
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	781	0	781
2 - Juros sobre Capital Próprio			(259)		(259)
3 - Destinações Propostas:					
- Reservas de Lucros a Realizar	0	0	(522)	522	0
Saldos Finais em 30 de Junho de 2025	1.000	1	0	5.872	6.873

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	01/jan./25	01/jan./24
	a	a
	30/jun./25	30/jun./24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do IR e CS	1.032	697
Ajustes por:		
Depreciações	32	39
Provisão para Passivos Contingentes	-17	0
Resultado na Alienação de Bens	3	160
Lucro Líquido Ajustado	<u>1.050</u>	<u>896</u>
IR e CS Correntes Pagos	(251)	(168)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Rendas a Receber	(32)	(171)
Devedores Diversos País	6	2
Impostos a Compensar	107	87
Devedores p/ Depósito em Garantia	13	0
Adiantamentos e Antecipações Salariais	0	-19
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(95)	(120)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	53	70
Credores Diversos - País	1	7
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	<u>-1</u>	<u>(2)</u>
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>851</u>	<u>582</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(10)	(281)
Mutações do Investimento	0	1
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(10)</u>	<u>(280)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Distribuição de Lucros/JCP	(259)	(177)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(259)</u>	<u>(177)</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>582</u>	<u>125</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	5.315	4.783
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	5.897	4.908

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.
Aracaju - SE
Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
Ativo

		Em Milhares de Reais	
		Períodos	
	Nota	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		34.426	33.272
Caixa e Equivalentes a Caixa		39	95
Depósitos Bancários		39	95
Depósitos Bancários	4-II-a	39	95
Aplicações Financeiras		12.521	12.487
Outras		12.521	12.487
Aplicações Financeiras	4-II-b	12.521	12.487
Outros Créditos		21.866	20.690
Valores Específicos		21.866	20.690
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	4-II-c	21.866	20.690
Compensação		146.037	145.758
Consórcio		146.037	145.758
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	4-II-d	1.213	1.251
Contribuições Devidas ao Grupo	4-II-d	77.156	76.505
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-d	67.668	68.002
Total do Ativo		180.463	179.030

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.
Aracaju - SE
Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios

Passivo

		Em Milhares de Reais	
	Nota	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante		<u>34.426</u>	<u>33.272</u>
Outras Obrigações		<u>34.426</u>	<u>33.272</u>
Obrigações Diversas		<u>34.426</u>	<u>33.272</u>
Obrigações com Consorciados	4-II-e	12.377	12.187
Valores a Repassar	4-II-f	182	112
Obrigações por Contemplações a Entregar	4-II-g	11.842	11.639
Recursos a Devolver a Consorciados	4-II-h	7.416	6.692
Recursos do Grupo	4-II-i	2.609	2.642
Compensação		<u>146.037</u>	<u>145.758</u>
Consórcio		<u>146.037</u>	<u>145.758</u>
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	4-II-d	1.213	1.251
Obrigações do Grupo por Contribuições	4-II-d	77.156	76.505
Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-d	67.668	68.002
Total do Passivo		<u><u>180.463</u></u>	<u><u>179.030</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

**Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades
de Grupos de Consórcios dos Semestres Findos em 30/jun./25
e 30/jun./24 e Valores Acumulados até 30 de junho de 2025**

	Em Milhares de Reais		
	Valor no Período		Valor Acumulado
	30 de Junho de 2025	30 de Junho de 2024	30 de Junho de 2025
Disponibilidades no Início do Período	12.582	11.488	
Caixa e Equivalentes a Caixa	95	189	
Aplicações Financeiras do Grupo	848	837	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	11.639	10.462	
(+) Recursos Coletados	14.514	11.724	95.704
Contribuições para Aquisição de Bens	11.186	8.971	72.032
Taxa de Administração	2.295	1.874	16.250
Contribuições ao Fundo de Reserva	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	607	466	3.103
Multas e Juros Moratórios	65	50	293
Prêmios de Seguros	232	293	3.213
Custas Judiciais	129	92	813
Outros	0	-22	0
(-) Recursos Utilizados	14.536	11.747	83.144
Aquisição de Bens	10.888	8.366	61.469
Taxa de Administração	2.278	1.880	16.224
Multas e Juros Moratórios	22	29	140
Prêmios de Seguros	242	301	3.178
Custas Judiciais	128	94	812
Devolução a Consorciados Desligados	497	848	1.315
Outros	481	229	6
Disponibilidades no Fim do Período	12.560	11.465	12.560
Caixa e Equivalentes a Caixa	39	125	39
Aplicações Financeiras do Grupo	694	523	694
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	11.827	10.817	11.827

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ: 13.170.428/0001-24

Aracaju - SE

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
do Semestre Findo em 30 de junho de 2025
(Valores em R\$ Mil)**

Nota 1. Informações Gerais

A Sociedade tem como atividade a constituição e administração de grupos de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços, a prestação de serviços a terceiros mediante venda e colocação de cotas de outras administradoras de consórcio, a administração de grupos próprios ou de outras administradoras de consórcios e a realização de serviços de cadastro, pesquisas e consultoria a outras administradoras de consórcio.

Forma jurídica: Sociedade Ltda.

Sede: Avenida João Ribeiro, 652 – Bairro Santo Antônio em Aracaju, Sergipe.

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 28 de agosto de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidada dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações.

Em 28/dez./07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/maio/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Normatizadas pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, através das Resoluções BCB nº 2/20, nº 92/21, nº 146/21 e pela Circular nº 3.958/19, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para o conjunto das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025 contemplam essas adoções e não ocasionaram impactos e/ou efeitos relevantes.

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Resolução BCB nº 156/21 e Instrução Normativa BCB nº 282/22, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

A Resolução BCB nº 352/2023 estabeleceu a partir de 01 de janeiro de 2025, procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações e classificação sobre instrumentos financeiros. Para implementação desta resolução a administradora já está buscando implementação técnica do sistema de gestão em módulo específico. Em 30 de junho de 2025 a administração avaliou os impactos e não identificou efeitos significativos em relação a esta resolução para as demonstrações financeiras.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras da Administradora e dos Grupos foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Sociedade que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Nota 4. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios que é escriturada na administradora por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

b) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Ativo Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

d) Outros Investimentos

Está demonstrado ao custo de aquisição.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciação acumulada, calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 30/jun./25	Residual 31/dez./24
Móveis e Equipamentos	10	74	(24)	50	45
Veículos	20	479	(123)	356	386
Terrenos	-	852	0	852	852
Totais		<u>1.405</u>	<u>(147)</u>	<u>1.258</u>	<u>1.283</u>

f) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, onde a administração da Sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

g) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica.

h) A Sociedade é tributada pelo Lucro Real.

i) Resultado por Quota

Calculado com base no número de quotas, conforme Contrato Social.

II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios

a) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

b) Aplicações Financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

c) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	21.866	20.690
- Normais	21.609	20.247
- Em Atraso	160	247
- Cobrança Judicial	97	196

d) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

e) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualização monetária, recursos de grupos em formação e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada.

f) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, multa rescisória contratual, valores de grupos pelo encerramento e outros.

g) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos dos rendimentos financeiros desde a data de contemplação.

h) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

i) Recursos dos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

III - Resumo das Operações de Consórcios

a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	30 de Junho de 2025	30 de Junho de 2024
- Número de Grupos Administrados	7	10
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	176	448
- Quantidade de Bens Entregues no Período	163	135
- Número de Consorciados Ativos - Período	288	297
- Número de Consorciados Ativos - Total	2.171	2.651
Conсорciados Quitados	431	895
Conсорciados Não Quitados	1.740	1.756
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Período	255	243
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Total	4.435	5.370
- Taxa de Inadimplência	5,62%	7,92%

b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais médios:

- Imóveis 20,00%

- Bens Móveis	16,93%
---------------	--------

Nota 5. Títulos e Valores Mobiliários

	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
Títulos e Valores Mobiliários	5.876	5.306
- Carteira Própria	5.876	5.306

Nota 6. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial

	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
a) Ativo Circulante		
Outros Créditos		
Diversos	344	470
- Devedores Depósito em Garantia	0	13
- Devedores Diversos País	133	139
- Impostos a Recuperar	208	315
- Adiantamento e Antecipações Salariais	3	3
b) Passivo Circulante		
Outras Obrigações		
Diversas	280	244
- Provisão para Pagamentos a Efetuar	278	225
- Provisão para Passivos Contingentes	1	18
- Credores Diversos - País	1	0
- Recursos não Procurados – Grupos Encerrados	0	1

Nota 7. Transações Com Partes Relacionadas

- Investimentos em Coligadas e Controladas

A sociedade não possui investimentos em coligadas e controladas.

- Partes Relacionadas

A administradora faz parte do Grupo Empresarial Cimavel, que atua na revenda de veículos leves (Marca FORD) e também de seminovos (Multimarcas). As transações se limitam a entrega de veículos a consorciados contemplados, de acordo com as regras normais de acordo.

Nota 8. Contingências Passivas

A administradora é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam com prognóstico de perda provável.

Para a data-base de 30 de junho de 2025, há situações que necessitam de provisão e/ou divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, avaliadas com prognósticos de perda provável e possível, a saber:

Probabilidade	Tratamento Disposto Na Resolução	R\$
Provável	Provisionar na Contabilidade	1
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	0
Total		1

Nota 9. Capital Social/Patrimônio Líquido

Pertencente inteiramente a quotistas domiciliados no País está composto de 1.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Estão integralizadas 1.000.000 de quotas de capital assim distribuídas:

Sócio Quotista	Quotas	%
João Mesquita Teixeira	950.000	95,00%
Tiago Fonseca Teixeira	50.000	5,00%
Total	1.000.000	100,00%

Controladores

Os controladores do grupo econômico ao qual a sociedade pertence em última instância, são: João Mesquita Teixeira e Tiago Fonseca Teixeira.

Em 30 de junho de 2025 o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da Administradora representa R\$ 6.873.

Reservas de Lucros a Realizar

O saldo credor de lucros acumulados no período foi destinado para constituição de reservas de lucros a realizar na forma da legislação específica.

Nota 10. Contas de Compensação Ativas e Passivas - Grupos Encerrados

Conforme Resolução BCB nº 156/21, os dados sobre os recursos de grupos encerrados (Lei nº 11.795/08) que compõem as contas de compensação ativas e passivas, na Administradora, obrigatórias através da Instrução Normativa BCB nº 208/21 do Banco Central do Brasil, representam:

	30 de Junho de 2025	31 de Dezembro de 2024
a) Recursos em Cobrança Judicial		
Ativo		
- Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial	154	138
Passivo		
- Valores Pendentes de Recebimento - Controles	154	138
b) Recursos Não Procurados		
Ativo		
- Valores Devidos aos Consorciados – Controles	125	104
- Valores Aplicados pela Administradora	125	104
- Aplicações Financeiras	125	104
Passivo		
- Valores Devidos aos Consorciados	125	104
- Recursos Não Procurados	125	104
- Recursos Recebidos	0	0
- Valores Aplicados pela Administradora - Controles	125	104

Os valores devidos aos consorciados e aplicados financeiramente pela administradora, estão demonstrados pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos líquidos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos auferidos dessas aplicações são incorporados por intermédio de rateio proporcional à participação de cada um.

Nota 11. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A sociedade realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Administradores e Quotistas da

Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.

Aracaju - SE

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cimavel Administradora de Consórcios Ltda.** ("Sociedade") em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

- Reconhecimento de Receitas – CPC 47

Nos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01 de janeiro de 2022, as administradoras de consórcios passam a observar novos CPC's para fins de apuração e apresentação de suas demonstrações financeiras, dentre as quais o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

A adoção do referido CPC terá impacto na apuração das receitas, mas por consequência também nos custos/despesas vinculadas a estas, cujo resultado final não foi possível de apuração pela administração da sociedade, e também não é possível afirmar quanto sua relevância ou não no resultado e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2



Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

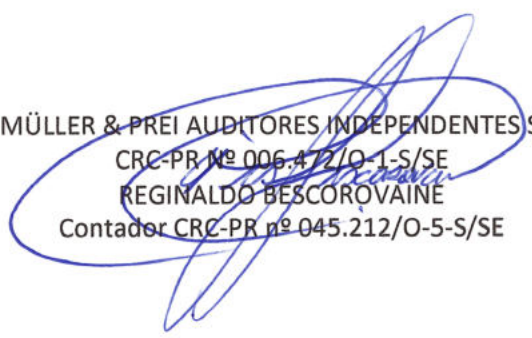
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de agosto de 2025.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1-S/SE
REGINALDO BESCOROVAINÉ
Contador CRC-PR nº 045.212/O-5-S/SE